PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 1º de março de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1072/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei
Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do
Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Rosângela
Estumano Gonçalves Hartmann;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz
continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das
Promotorias de Justiça de Redenção;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º
4238/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALAN PIERRE CHAVES
ROCHA para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter
excepcional, exercer nas Promotorias de Justiça de Redenção, as
atribuições do 3º cargo, no período de 11/3 a 5/4/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1080/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei
Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do
Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do 1º cargo das Promotorias de
Justiça de Conceição do Araguaia;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade
dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias
de Justiça de Conceição do Araguaia;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça
deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da
mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALFREDO MARTINS DE
AMORIM para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter
excepcional, exercer nas Promotorias de Justiça de Conceição
do Araguaia, as atribuições do 1º cargo, no período de 1º/3 a
30/4/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1081/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da
Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério
Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº
057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público
do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Renata
Fonseca de Campos;

CONSIDERANDO a vacância do 2º cargo das Promotorias de
Justiça de Itaituba;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade
dos serviços ministeriais no âmbito do 1º e 2º cargos das
Promotorias de Justiça de Itaituba;

R E S O L V E:

DESIGNAR os Promotores de Justiça abaixo nominados para,
sem prejuízo das demais atribuições e em caráter excepcional,
exercer nas Promotorias de Justiça de Itaituba, as atribuições
dos seguintes cargos, nos períodos indicados:

I - DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, do 1º cargo, de 1º/3 a
26/5/2016;

II - RAFAEL TREVISAN DAL BEM, do 2º cargo, de 1º a 28/3/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1084/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea f, da
Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério
Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar
Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do
Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Magdalena
Torres Teixeira;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade
dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotora de
Justiça de Dom Eliseu;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º
11350/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ARTHUR DINIZ FERREIRA DE
MELO para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter
excepcional, exercer as atribuições do cargo da Promotora de
Justiça de Dom Eliseu, no período de 1º a 30/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1150/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da
Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei
Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotora de Justiça
de Igarapé-Açu;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz
continuidade dos serviços ministeriais no âmbito da Promotora
de Justiça de Igarapé-Açu;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente,
sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça BRENDA CORRÊA LIMA
AYAN para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter
excepcional, exercer as atribuições do cargo da Promotora de
Justiça de Igarapé-Açu, no período de 1º a 31/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 10.03.2016.

PORTARIA N.º 1264/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA
JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe
foram delegadas pela V4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de
2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da
Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério
Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar
Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do
Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotora de Justiça
de São Geraldo do Araguaia;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos
serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotora de São
Geraldo do Araguaia;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente,
sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo
polo;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º
13272/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça GILBERTO LINS DE SOUZA
FILHO para, sem prejuízo das demais atribuições, em atuação
conjunta e em caráter excepcional, exercer as atribuições do
cargo da Promotora de Justiça de São Geraldo do Araguaia, no
período de 8 a 25/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 7 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 14.03.2016.

Protocolo 942093

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº DO TERMO DE COOPERAÇÃO: 005/2016-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Centro de
Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário - CEPEDISA.

Objeto do Termo de Cooperação: Ampliar a cooperação entre
os partícipes, objetivando a elaboração de cursos, seminários,
congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e
publicações, abrangendo a participação de membros e servidores
do Ministério Público do Estado do Pará e suplementarmente
de outros profissionais com atuação em área vinculada às
funções institucionais do referido Órgão, visando à capacitação e
aperfeiçoamento funcional.

Vigência: 23/03/2016 a 22/03/2021.

Valor: -

Dotação Orçamentária: -

Fonte de Recurso: -.

Foro: Belém

Data da Assinatura: 21/03/2016

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Endereço das Partes: Rua João Diogo nº 100, CEP: 66015-
165, Bairro Cidade Velha, Belém-PA e Avenida Doutor Arnaldo,
715 - Cerqueira César-SP, CEP: 01246-904, São Paulo-SP.

Protocolo 942103

PORTARIA N.º 7722/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições
legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal
nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e
art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei
Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-
MP/CPJ;

CONSIDERANDO as férias dos Procuradores de Justiça Estevam
Alves Sampaio Filho, Leila Maria Marques de Moraes, Maria da
Conceição de Mattos Souza, Maria do Perpétuo Socorro Velasco
dos Santos e Tereza Cristina Barata Batista de Lima;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 187/2015-MP/CP
CÍVEL, datado de 2/12/2015, protocolizado sob n.º 57091/2015,
em 2/12/2015;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA DA CONCEIÇÃO
GOMES DE SOUZA para exercer na Procuradoria de Justiça Cível,
as atribuições do 6º cargo, no período de 7 a 21/1/2016, sem
prejuízo das demais atribuições;

II - DESIGNAR a Procuradora de Justiça ROSA MARIA
RODRIGUES CARVALHO para exercer na Procuradoria de Justiça
Cível, as atribuições do 9º cargo, no período de 7 a 14/1/2016,
sem prejuízo das demais atribuições;

III - DESIGNAR o Promotor de Justiça HAMILTON NOGUEIRA
SALAME para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as
atribuições do 10º cargo, no período de 11/1 a 9/2/2016, sem
prejuízo das demais atribuições;

IV - DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA TÉRCIA ÁVILA
BASTOS DOS SANTOS para exercer na Procuradoria de Justiça
Cível, as atribuições do 12º cargo, no período de 7 a 21/1/2016,
sem prejuízo das demais atribuições;

V - DESIGNAR o Procurador de Justiça ANTÔNIO EDUARDO
BARLETA DE ALMEIDA para exercer na Procuradoria de Justiça
Cível, as atribuições do 14º cargo, no período de 7 a 21/1/2016,
sem prejuízo das demais atribuições;

VI - DESIGNAR o Procurador de Justiça MARIO NONATO
FALANGOLA para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as
atribuições do 14º cargo, no período de 22 a 25/1/2016, sem
prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 9 de
dezembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 7907/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições
legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei
Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e
art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei
Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-
MP/CPJ;

CONSIDERANDO a viagem do Procurador de Justiça Antonio
Eduardo Barleta de Almeida;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 198/2015-MP/CP CÍVEL,
datado de 11/12/2015, protocolizado sob n.º 58949/2015, em
14/12/2015;